



POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO PARANÁ: O CASO DO CAMINHO DOS CAFÉS DAS MULHERES


*COMMUNITY-BASED TOURISM PUBLIC POLICIES IN PARANÁ: THE CASE OF
CAMINHO DOS CAFÉS DAS MULHERES*

Marines da Conceição Walkowski - UFPR ^{*1}

Leonilo Alves de Abreu – UFPR ^{*2}

Terezinha Busanello Freire – UFPR / IDR PR ^{*3}

Luciana Soares de Moraes - UEM / IDR PR ^{*4}

Palavras- Chave	Resumo
<p>Turismo de Base Comunitária. Mulheres do Café. Política Pública. Paraná.</p> <div><p>ISSN 2594-8407</p></div>	<p>O Estado Paraná se destaca pelo desenvolvimento de novas atividades no espaço rural, por meio de iniciativas de diferentes entidades voltadas ao setor turístico, atuando no Turismo de Base Comunitária. Dentre os destaques está a atuação do IDR-Paraná na formulação de políticas públicas que culminaram com a criação da iniciativa do roteiro de agroturismo Caminho dos Cafés das Mulheres. O roteiro abrange iniciativas de dois municípios do Norte Pioneiro (Pinhalão e Tomazina), e envolve 20 mulheres cafeicultoras e suas famílias. O objetivo desta pesquisa é caracterizar o projeto Caminhos dos Cafés das Mulheres à luz dos conceitos de TBC e da política pública no Paraná. A pesquisa se caracteriza como aplicada com abordagem qualitativa de caráter exploratória, bibliográfica e documental. A coleta de dados foi realizada por meio de observação participante, pesquisa em material secundário, descrição e análise dos dados por meio de análise de conteúdo. Os principais resultados demonstraram que o TBC no estado do Paraná tem se desenvolvido a partir de uma política pública, respaldada pela atuação das associações de classe e dos Institutos como IDR-Paraná. Propõem-se que futuras pesquisas investiguem a relação entre as iniciativas existentes de TBC com as políticas públicas estadual e nacional e análise dos principais impactos.</p>



Keywords	Abstract
<i>Community Based Tourism. Coffee Women. Public policy. Paraná.</i>	<i>The State of Paraná stands out for the development of new activities in rural areas, through initiatives from different entities focused on the tourism sector, operating in Community-Based Tourism. Among the highlights is the role of IDR-Paraná in formulating public policies that culminated in the creation of the Caminho dos Cafés das Mulheres agritourism route initiative. The itinerary covers initiatives from two municipalities in Norte Pioneiro (Pinhalão and Tomazina), and involves 20 women coffee farmers and their families. The objective of this research is to characterize the Caminhos dos Cafés das Mulheres project in light of the concepts of TBC and public policy in Paraná. The research is characterized as applied with a qualitative approach of an exploratory, bibliographic and documentary nature. Data collection was carried out through participant observation, data description and analysis through content analysis. The main results demonstrated that the TBC in the state of Paraná has developed from a public policy, supported by the actions of trade associations and institutes such as IDR-Paraná. It is proposed that future research investigates the relationship between existing TBC initiatives and state and national public policies and analyzes the main impacts.</i>

Submetido em:

17/04/2024

Aprovado em:

20/05/2024

Publicado em:

12/08/2024

Editor:

Izac Bonfim

Cómo Citar (APA):

Walkowski, M. C.; Abreu, L. A.; Freire, T. B.; e Morais, L. S. (2024). Políticas públicas de turismo de base comunitária no Paraná: o caso do caminho dos cafés das mulheres. *Ateliê do Turismo*. 8 (2). 346 - 374. <https://doi.org/10.55028/at.v8i1.20955>



INTRODUÇÃO

O turismo é uma prática social que em sua essência requer deslocamento e contato entre diferentes sujeitos e lugares, sendo estruturado a partir dos seus recursos naturais, culturais, sociais e patrimoniais, atributos elementares ao seu desenvolvimento.

No Brasil, diversos Estados, devido sua vocação para a atividade turística, tem investido cada vez mais em novas atividades no espaço rural. As iniciativas de TBC estão presentes em diferentes estados, como: Rio Grande do Sul, Alagoas, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Goiás, Mato Grosso, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Pará, Amazonas, Bahia e Santa Catarina.

Essas iniciativas empreendedoras surgiram e tiveram que se adequar e dinamizar suas atividades. Um exemplo já consolidado, é a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, em Santa Catarina, cujo foco está no agroturismo junto com a produção orgânica e as agroindústrias familiares, como uma das bases do tripé de atividades pluriativas, capazes de promover o desenvolvimento sustentável (Walkowski et al, 2023).

Outro exemplo de iniciativas mais recentes, são as comunidades indígenas Raposa I, em Roraima e Borari de Alter do Chão, no Pará; e duas comunidades quilombolas como, o Povoado Moinho em Goiás e o Território Quilombola Laranjituba e África, no Pará. Estas iniciativas fazem parte do projeto Experiências do Brasil Original, por meio de uma ação de política pública resultante da parceria entre a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Ministério do Turismo (Experiências do Brasil Original, 2023).

Dentre as características dessas atividades no espaço rural, está a hospitalidade realizada pelas famílias de agricultores que tem possibilitado uma experiência diferenciada aos seus hóspedes, gerando assim, uma maior proximidade e relações de trocas entre os envolvidos. Para Pimentel (2009); Silva e Brusadin, (2016); e Lashey e Morrison (2004), o termo hospitalidade está relacionado às formas de visitar, receber e conviver com indivíduos de diferentes culturas. Trata-se de uma relação de trocas (materiais ou não, comercial ou cultural).

Ainda, observa-se que o turismo pode levar ao desenvolvimento de um processo de transformação social que supõem uma acumulação e interação do capital humano,



institucional e físico. Desse modo, Sofronov (2018), afirma que o turismo traz benefícios socioeconômicos, tem o poder de mudar a vida das pessoas para melhor, impulsionando o crescimento econômico e reduzindo a pobreza.

Sendo assim, têm surgido iniciativas como o turismo solidário, o turismo justo, o turismo ecológico, o ecoturismo, turismo de base comunitária, entre outros. Estas iniciativas se configuram como um turismo mais responsável que reforça e valoriza a identidade e as culturas locais, fortalece a participação da comunidade e incita o conhecimento e a mútua aprendizagem entre turistas e residentes, gerando um intercâmbio solidário entre as partes (Moradela et. al., 2016; Onyx, Edwards & Bullen, 2007; Brusadin & Panosso Netto, 2016; Sampaio & Zamignan, 2012).

Alguns autores trabalham com o conceito de Turismo de Base Comunitária (TBC), ao se referir aos espaços onde ocorrem trocas de experiências e convivências no local visitado, criando uma mentalidade solidária e coletiva, de colaboração e ajuda mútua, diluindo os fracassos e fazendo com que as conquistas sejam de todos (Brambatti & Nitsche, 2018; Moraes, Irving & Santos, 2017; Bursztyn, Bartholo & Delamaro, 2009).

Em relação ao conceito de TBC, pouco se tem avançado em termos conceituais recentemente, mas é importante ressaltar que as publicações com a temática no Brasil, têm crescido de maneira significativa, sendo proposto evidenciar os principais conceitos, presentes até os dias atuais. Sobre esta abordagem, ainda se buscou alguns referenciais para tratar neste artigo, sendo os principais autores: Pimentel (2009); Sales e Salles (2010); Coriolano (2009); Grimm e Sampaio (2011); Kordel (2016); Brusadin e Panosso Netto (2016).

Grimm e Sampaio (2011), definem o TBC como uma modalidade composta por empreendimentos sociais que oferecem aos seus visitantes, atividades que por seu caráter de compartilhamento, são chamadas de vivências ou convívios apoiadas em uma economia colaborativa e em rede.

Contudo, a colaboração entre os diferentes agentes emerge como um fator que pode determinar o sucesso de iniciativas de TBC, bem como a intervenção e participação assumidas pelos entes públicos e os atores, nos processos de decisão local (Teixeira, Vieira & Mayr, 2019).

Neste contexto, aborda-se os projetos de Lei no Paraná que visam fomentar o desenvolvimento do TBC. Além disso, o Estado do Paraná vem se destacando por



diversas iniciativas no meio rural e de TBC, a partir da atuação de diferentes entidades de classe e de instituições de ensino e extensão rural, como o IDR-Paraná.

A partir do exposto, levando-se em consideração o Turismo de Base Comunitária na iniciativa do Caminho das Mulheres do Café, chegou-se ao problema de pesquisa: como as políticas públicas podem influenciar no desenvolvimento do TBC no Caminho dos Cafés das Mulheres?

O objetivo central da pesquisa é caracterizar o roteiro Caminhos dos Cafés das Mulheres à luz dos conceitos de TBC e das políticas públicas no Paraná, a partir da pesquisa em material secundário e observação participante.

REVISÃO DE LITERATURA

Turismo de base comunitária

O TBC emerge a partir da necessidade de dinamizar as atividades no campo e frear o processo de especulação imobiliária e do turismo de massa em áreas litorâneas e surge como uma proposta para resgatar a estima das comunidades e a defesa do território (Pilquimán-Vera, 2016). É uma forma diferenciada de fazer turismo, pois o planejamento, a gestão, a divulgação, a comercialização e a operação turística, são realizadas pelas comunidades locais.

Segundo Blackstock (2005), o desenvolvimento comunitário transforma as localidades em ativas e sustentáveis, tendo como preceitos a justiça social e respeito mútuo, eliminando barreiras à participação popular, além de promover a emancipação coletiva das questões locais. Ou seja, a participação da comunidade surge como um desejo e não uma característica inerente ao TBC (Mayaka, Croy & Cox, 2017). O desenvolvimento comunitário é impelido por um imperativo econômico neoliberal na busca de sustentar uma “indústria” do turismo em resposta às novas exigências mercantis (Blackstock, 2005).

O turismo de base comunitária (TBC), tem como premissas: o protagonismo das comunidades na gestão e oferta de bens e serviços; o uso de recursos culturais, naturais, patrimoniais e estruturais endógenos de cada localidade; a sua associação com a sustentabilidade e o desenvolvimento local (Faxina & Freitas, 2021; ICMBIO, 2018; López-Guzmán et al, 2011; Sampaio & Zamignan, 2012; Moraes, Mendonça e Pinheiro, 2017; Pilquimán-Vera, 2016).



Guzzatti (2010), pondera que o TBC é projetado necessariamente com a comunidade, ou seja, nunca “para” a comunidade e dificilmente somente pela “comunidade”. No caso de TBC no meio rural, estas iniciativas mobilizam parte da população local, valorizam as produções agrícolas e artesanais, gerando renda apta a contribuir ao financiamento de novos projetos (educação, cultura, saúde, meio ambiente, produção) além de contribuir para a permanência dos jovens no meio rural junto às suas famílias.

O TBC é também (e sobretudo) um elemento de dinâmica social, fator de abertura, de respeito, de escuta e de trocas culturais. Por este encontro de culturas, se observa a evolução das sociedades, criando também as condições de novas solidariedades entre pessoas. Essas vivências ocorrem, em sua maioria, durante as visitas em unidades de conservação, onde também ocorre uma maior familiaridade entre os hosts e a natureza “nas hospedagens em casas de famílias onde as relações se tornam mais próximas, íntimas e autênticas, como também na participação em festas populares e folclóricas locais onde se vivencia a cultura local” (Grimm & Sampaio, 2011, p. 8).

Com os discursos e críticas que vinham acontecendo no final de 1970 e começo de 1980, contra o turismo de massa no contexto europeu, pode-se dizer que o termo TBC surgiu a partir dessa discussão sobre uma forma alternativa de se fazer um turismo mais responsável. Para Murphy (1983), o objetivo do desenvolvimento do turismo é que as necessidades das comunidades anfitriãs sejam atendidas; a participação da comunidade é um fator determinante para a sustentabilidade do turismo; o controle e planejamento da atividade turística deve partir do lugar e conduzido pela comunidade receptora.

O TBC iniciou em iniciativas da América Latina na década de 1980 através do Turismo Rural Comunitário (TCR), com incentivos do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), visando suprir uma demanda internacional de turistas que buscavam contribuir para a preservação do meio ambiente e da diversidade das comunidades (Maldonado, 2009; Silva & Martins, 2012).

As iniciativas são mais frequentes no hemisfério sul, em continentes como África, Ásia, Oceania, como em países da América Latina, ocorrem no Brasil, Equador, México e Peru (López-Guzmán, Sánchez-Cañizares, & Pavón, 2011), além das iniciativas familiares que vem se expandindo na Argentina, Chile, Honduras e Nicarágua, a partir de estímulos governamentais (Faxina & Freitas, 2021).

Contudo, observa-se dificuldades para o seu desenvolvimento em redes na América Latina. Dentre as dificuldades apontadas por Moraes, Irving e Santos (2017), está a limitada capacidade de gestão das redes de turismo comunitário; a falta de qualidade



da oferta de prestação de serviços com relação à demanda; elevada dependência de recursos externos; a limitação de membros envolvidos no processo; o estabelecimento de relações informais; a inexistência de políticas públicas específicas para esse tipo de iniciativa; e a forte influência do setor turístico convencional, baseado na lógica de mercado.

Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009), em seu livro intitulado: Turismo de Base Comunitária, considerado uma das bibliografias mais significativas até os dias atuais, apresenta uma revisão das principais pesquisas sobre a diversidade de termos do sentido de comunidade, tipologias e os principais conceitos utilizados para definir o chamado turismo comunitário, de base comunitária e/ou rural comunitário. Essa abrangência de termos utilizados no Brasil, principalmente, se relaciona com a vasta diversidade cultural e ambiental existente em nosso país com relação ao tema em questão. Para Lima, Irving e Oliveira (2022, p. 3), “o denominado turismo de base comunitária (TBC), passou a ser interpretado e debatido na literatura acadêmica e nas narrativas de políticas públicas, como uma alternativa para o desenvolvimento socioeconômico local”.

Para Lima e Silva (2019), em outros países, o termo mais utilizado era o Turismo Comunitário (TC). “Na Bolívia, (desde 2006), o TC é considerado um modelo alternativo de gestão turística, endógena e autônoma, planejado por organizações comunitárias rurais, indígenas e urbanas, como parte da diversificação econômica de seus sistemas produtivos” (Lima & Silva, 2019, p. 04). Ainda, na visão de Maldonado (2009), TC é entendido como uma forma de cooperação coletiva empresarial e na autogestão para administrar seus recursos naturais e culturais de forma sustentável.

Enquanto “nova concepção de turismo, o TBC é influenciado pelas mudanças no perfil do turista contemporâneo, o qual busca por experiências turísticas com valores naturais e culturais, que primam pela autenticidade e originalidade dos lugares” (Moraes, Mendonça & Pinheiro, 2017, p. 14), além de buscar a interação com a comunidade local.

Sob esta ótica, observa-se que o turismo pode levar ao desenvolvimento de um processo de transformação social que supõe uma acumulação e interação do capital humano, institucional e físico. As iniciativas que levam em conta essas proposições se configuram como um turismo responsável que reforça e valoriza a identidade e as culturas locais, fortalece a participação da comunidade e incita o conhecimento e a mútua aprendizagem entre turistas e residentes, gerando um intercâmbio solidário entre as partes (Fuentes-Moraleda, Muñoz-Mazón & Rodríguez-Izquierdo, 2016; Brusadin & Panosso Netto, 2016).



Cabe destacar ainda que no TBC, o turismo é uma atividade complementar às atividades tradicionais praticadas pela comunidade (Bursztyn, 2009), que são justamente compartilhadas com os turistas para mostrar o modo de vida dos comunitários. Embora cada conceito aborda algumas especificidades, existem princípios comuns, como: autogestão; associativismo/cooperativismo; democratização de oportunidades e benefícios (Faxina & Freitas, 2021; Walkowski, Damo & Loch, 2017). Sendo assim, Brambatti e Nitsche (2018, p. 10), consideram o TBC como uma atividade associativista, que segundos eles “o planejamento e gestão de roteiros em ambientes coletivos, por associações que envolvam empreendedores e comunidades, é um paradigma emergente no turismo como o foco no desenvolvimento sustentável”.

Neste sentido, entende-se que a introdução de uma política pública poderia auxiliar na consolidação de ações e avanços de novos roteiros de Turismo de Base Comunitária – TBC, em casos semelhantes a este, aqui apresentado.

Políticas públicas: conceitos e base para o TBC

Enquanto área de conhecimento, a política pública nasceu nos EUA com foco nos estudos sobre a ação dos governos, enquanto na Europa os estudos se concentravam, sobretudo, na análise do papel do Estado e suas instituições (Souza, 2006). Para Secchi (2017), uma política pública é uma diretriz para enfrentar um problema público. Ainda segundo esse mesmo autor, o estabelecimento de uma “política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante” (Secchi, 2017, p. 02).

As políticas públicas são consideradas como um campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações para produzir resultados ou mudanças no mundo real. Podem ser tratadas como um conjunto de ações implementadas pelo Estado e assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo existindo diferenças sobre a importância relativa destes fatores (Souza, 2006).

Conforme menciona Hall (2004, p. 101), “a política pública é influenciada por características econômicas, sociais e culturais da sociedade, assim como pelas estruturas formais do governo e outras características do sistema político”. Nogueira e Di Givanni (2015, p. 95), argumentam que políticas públicas seriam “intervenções planejadas do poder público com a finalidade de resolver situações sociais problemáticas”.



A expressão “políticas públicas” no vocabulário contemporâneo se deve a quatro fatores históricos: fator de natureza macroeconômica (políticas keynesianas); fator de natureza geopolítica (bipolarização entre os blocos capitalista e socialista, novos pactos nas relações entre capital e trabalho, constituição dos sistemas de proteção social); fator de natureza política (consolidação das democracias ocidentais e ampliação dos campos de representação política); fator de natureza cultural e sociológica (pluralidade de atores, processos decisórios partilhados) (Di Giovanni, 2009).

Ainda, Di Giovanni (2009) defende que política pública pressupõe democracia, considerando que é uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade, que demanda para sua construção uma coexistência e independência dos poderes, vigência dos direitos de cidadania e uma capacidade coletiva de formulação de agendas públicas.

No ambiente do turismo, as narrativas sobre o papel das políticas públicas têm sido abordadas em diferentes estudos e publicações, com foco de análise na literatura especializada (Lima & Oliveira, 2022). Considerado como um setor promissor, capaz de proporcionar desenvolvimento, o turismo subsidia benefícios expressivos à sociedade em geral e demanda ações planejadas e políticas públicas estruturantes para seu desenvolvimento e evolução (Galdino & Costa, 2011).

Para Trentin (2016, p. 646), “uma política turística é o modo pelo qual se estabelecem normas e procedimentos intencionalmente coerentes, articulando e relacionando o que é o turismo naquele contexto, quais os dilemas e como enfrentá-los para fomentar o turismo”. É possível perceber movimentos que caracterizam a consolidação de medidas potencialmente importantes para a evolução das políticas públicas de turismo no Brasil. Entre eles, a criação do Ministério do Turismo (MTur), no ano de 2003, considerado um marco dos investimentos na organização e administração da atividade turística no país (Silva, Costa & Carvalho, 2013).

A partir do Plano Nacional de Turismo (PNT) 2003-2007, foi enfatizada a opção por um modelo de gestão pública descentralizada e participativa, embora poucos foram os seus reais resultados para o desenvolvimento do turismo nacional (Lima & Silva, 2019). O PNT 2013-2016, foi considerado o primeiro plano a mencionar o turismo de base comunitária, como estratégia de diversificação para o turismo no País (Lima, Irving, & Oliveira, 2022).

Desta forma, "considerado um dos fenômenos mais importantes em termos mundiais, do ponto de vista político, ambiental e sociocultural, o turismo deixou de ser apenas



sinônimo de lazer para assumir um papel de agente social" (Marujo, 2008, *apud* Teixeira, Vieira & Mayr, 2019, p. 05). A partir desse viés social é que se inclui a discussão sobre políticas públicas para o TBC.

"O turismo de base comunitária, enraizado num processo situado de desenvolvimento, é uma modalidade do turismo sustentável cujo foco principal é o bem-estar e a geração de benefícios para a comunidade receptora". "A melhoria na distribuição da renda é uma consequência direta da ampliação de horizontes para o exercício das liberdades substantivas" (Bursztyn, 2005, p. 21). "Esse modelo tem sido considerado como um importante instrumento de política de desenvolvimento local, com foco na geração de empregos e rendimentos e ampliação da inclusão social" (Teixeira, Vieira & Mayr, 2019, p. 05). O cerne da questão, diz respeito ao modelo de desenvolvimento que se pretende estimular, envolvendo os setores da administração pública, das políticas econômicas às sociais, configurando uma verdadeira política de desenvolvimento (Bursztyn, 2005).

Para alcançar o desenvolvimento da atividade turística realizada pelo TBC, é necessário que as políticas públicas desempenhem um papel importante para atender as necessidades das comunidades locais. Incentivos financeiros, formação/capacitação, infraestrutura e outros tipos de apoio, são a base para desenvolver projetos comunitários. No entanto, é fundamental que as políticas públicas sejam inclusivas e participativas para que os desejos e necessidades das comunidades possam ser atendidas.

METODOLOGIA

A metodologia desse estudo consiste em pesquisa aplicada com abordagem qualitativa de caráter exploratória, bibliográfica e documental. A coleta de dados foi realizada por meio de observação participante e a análise dos dados secundários, e análise de conteúdo. A técnica de análise de conteúdo prevê três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (a inferência e a interpretação) (Bardin, 2011). Na pesquisa bibliográfica, foram identificadas as referências que embasam a temática estudada.

A análise de dados secundários ocorreu por meio de fontes documentais, como atas de reuniões; o Projeto de Lei aprovado e outro Projeto de Lei que está tramitando na assembleia legislativa do Paraná e dispõe sobre o Turismo de Base comunitária. As consultas documentais ocorreram nos meses de setembro a dezembro de 2022. As fontes de dados secundários, foram respectivamente:



- Projeto de Lei N. 561/2021 - Institui como Rota Turística Rural no Estado do Paraná o Caminho dos Cafés das Mulheres.
- Projeto de Lei N. 138/2021 - Dispõe sobre o Turismo de Base Comunitária.
- Pesquisa bibliográfica em artigos sobre Turismo de Base Comunitária e Políticas Públicas nos principais periódicos nacionais e internacionais.

Além disso também se buscou informações no site oficial do IDR-Paraná, referente ao roteiro Caminhos dos Cafés das Mulheres e na página oficial do Projeto Mulheres do Café no Instagram.

Destaca-se que a abordagem qualitativa requer abertura, flexibilidade e capacidade de observação e de interação com os atores sociais relacionados ao estudo, para a realização da coleta de dados (Cardoso, 1988). A pesquisa exploratória busca realizar um estudo preliminar do principal objetivo da pesquisa, ou seja, é muito utilizada para familiarizar-se com o fenômeno que está sendo investigado, de modo que pesquisas subsequentes possam ser concebidas com uma maior compreensão e precisão (Gil, 2011).

A observação participante *in loco*, ocorreu visto que dentre os autores do presente artigo, há profissionais que atuam no suporte técnico e na estruturação de diversos roteiros no meio rural, incluindo o roteiro Caminho dos Cafés das Mulheres, tendo participado de todo o processo de organização da iniciativa, das constantes avaliações do processo e proposição de melhorias.

A observação permite coletar dados que, mesmo sendo de natureza subjetiva, fornece a possibilidade de avaliar e cruzar com as informações obtidas de outras fontes que não são obtidos por meio de perguntas e transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real (Minayo, 2000). As observações realizadas durante as reuniões, encontros, conversas informais e a própria convivência com as mulheres produtoras de café e outros atores locais, podem gerar subsídios e dados importantes sobre o objeto de pesquisa (Gelbcke, 2006).

Neste sentido, a técnica da observação participante *in loco* do roteiro Caminho dos Cafés das Mulheres, permitiu maior profundidade na compreensão do objeto pesquisado e contribuiu com a análise e discussão dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Caminho dos Cafés das Mulheres

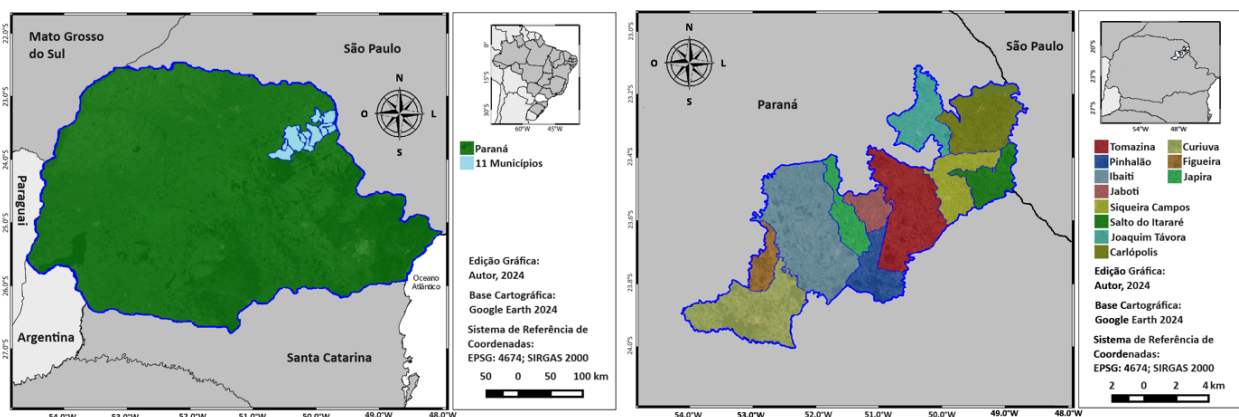
O Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater (IDR-Paraná) foi criado a partir da incorporação do antigo Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar) e Centro Paranaense de Referência de Agroecologia (CPRA) pelo Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), a partir da Lei 20.121/19. Nesta nova configuração, a autarquia tem como missão “prestar serviço integrado de pesquisa e experimentação agrícola, de assistência técnica e extensão rural, de fomento no meio rural e de expansão da base de agroecologia para a produção de alimentos de alta qualidade de forma ágil e eficiente” (IDR-Paraná, 2023).

Nesta perspectiva, um dos projetos estaduais que tem se destacado no desenvolvimento da extensão rural pela instituição é o projeto de turismo rural. Assim, o roteiro de agroturismo Caminho dos Cafés das Mulheres surgiu a partir da política pública estadual de assistência técnica e extensão rural, por meio do Projeto Mulheres do Café, realizado pelo IDR-Paraná e parceiros junto aos grupos de mulheres cafeicultoras do Norte Pioneiro do Paraná.

O Projeto Mulheres do Café do Norte Pioneiro do Paraná, por sua vez, surgiu em 2013 e vem sendo desenvolvido até o momento por iniciativa do serviço público de ATER, em 11 municípios da região: Curiúva, Figueira, Ibaiti, Japira, Jaboti, Pinhalão, Tomazina, Siqueira Campos, Salto do Itararé, Joaquim Távora e Carlópolis (Figura 01).

Figura 01

Localização do Projeto Mulheres do Café e Roteiro Caminho dos Cafés das Mulheres.





Fonte: Dados dos autores, 2024.

Atende desde então, cerca de 250 cafeicultoras, organizadas em grupos, a fim de possibilitar sua participação em processos contínuos de capacitação, melhoraria da qualidade do café produzido, e por meio da organização produtiva destas mulheres, permitir o acesso a novos mercados e melhores oportunidades de comercialização. A descrição detalhada do trabalho realizado, bem como caracterização das cafeicultoras da região, pode ser encontrada em Moraes e Souza (2018).

No decorrer do Projeto Mulheres do Café e com a melhoria do café produzido, diversas cafeicultoras começaram a participar e vencer concursos de qualidade do produto, contribuindo assim para tornar a região conhecida como produtora de cafés especiais. Este destaque, aliado às novas exigências do mercado consumidor de cafés de qualidade, que cada vez mais busca a aproximação entre consumidores e regiões produtoras, abriu espaço para uma nova atividade: o turismo rural ligado à produção de cafés pelas mulheres do café.

Aproveitando a experiência acumulada pela equipe do Turismo Rural do IDR-Paraná na organização de roteiros em outros locais do estado, a equipe propôs então a organização de um roteiro aos grupos de mulheres envolvidos no Projeto desde 2013. As discussões e treinamentos com as cafeicultoras envolvidas iniciaram-se em 2019, e o lançamento ocorreu efetivamente em maio de 2021.

Figura 02

Logo do Roteiro Caminho dos Cafés das Mulheres



Fonte: IDR-Paraná, 2023.

Na figura anterior, tem-se a logomarca do roteiro, onde a mulher representa as cafeicultoras, sem face definida, representando a luta por visibilidade ao trabalho feminino na cafeicultura. As montanhas em verde representam as belíssimas paisagens e lavouras da região; as mãos unidas formando os grãos de café remetem à organização das mulheres; assim como a cor vermelho bordô faz alusão à própria logomarca da AMUCAFÉ (IDR-Paraná, 2023).

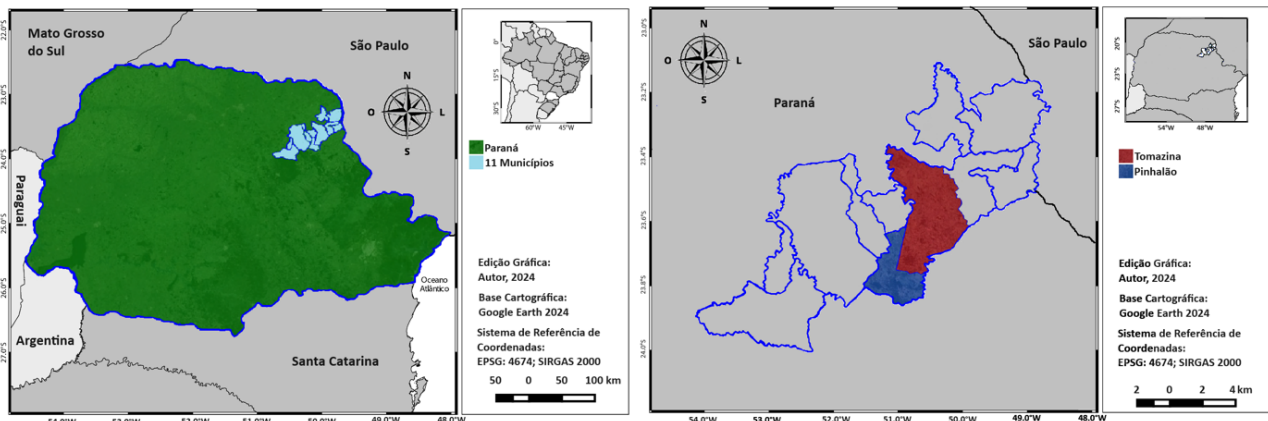
O roteiro abrange, até o momento, iniciativas de dois municípios do Norte Pioneiro (Pinhalão e Tomazina) e envolve 20 mulheres cafeicultoras e suas famílias, que oferecem, sob agendamento, os seguintes serviços: visitas às propriedades e processos produtivos; hospedagem domiciliar e vivência de 24 horas na propriedade; café rural; almoço típico rural; oficina de classificação e degustação de cafés; visitas a laboratórios; venda de produtos artesanais.

Porém, com a aprovação do Projeto de Lei na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP) n. 565/2021, que definiu o Caminho dos Cafés das Mulheres como rota oficial de turismo rural do Paraná, abriu-se ainda mais a possibilidade para ampliar o roteiro para os demais municípios do Projeto Mulheres do Café. O roteiro atual Caminho dos Cafés das Mulheres (figura 03), envolve seis propriedades, distribuídas entre os municípios de Pinhalão e Tomazina, sendo elas: O Sítio Rancho Fundo, o Sítio Raízes, o

Sítio Nossa Senhora Aparecida juntamente com a Agroindústria Ouro do Norte, o Sítio São Luiz, o Sítio Santo Antônio e o Sítio Bela Manhã (AMUCAFÉ, 2023).

Figura 03

Localização do roteiro Caminho dos Cafés das Mulheres.



Fonte: Dados dos autores, 2024.

Quanto ao funcionamento do roteiro, a orientação técnica para organização e funcionamento é realizada pelos técnicos do IDR-Paraná, e os agendamentos de atividades, controle de pagamentos, e outras atividades de gestão são feitas por meio da Associação das Mulheres do Café do Norte Pioneiro do Paraná – AMUCAFÉ. A referida associação foi criada em 2019 e tem por finalidade a representação formal das mulheres participantes do Projeto Mulheres do Café, contando em 2022 com 116 associadas. Abaixo, são demonstradas algumas imagens, retiradas do site do IDR-Paraná, referentes ao roteiro Caminho dos Cafés das Mulheres.

Figura 04 e 05

Assessoria técnica e propriedade produtora.



Fonte: IDR-Paraná - AMUCAFÉ, 2021.

A opção por este modelo de gestão coletiva foi feita a partir de discussão dos técnicos com as cafeicultoras envolvidas, como uma tentativa de garantir que a proposta se mantenha como uma iniciativa coletiva e de gestão comunitária, e cujos benefícios voltem-se prioritariamente para as comunidades e grupos envolvidos, em consonância com os pressupostos do turismo de base comunitária.

Política pública e o Caminho dos Cafés das Mulheres

Foram avaliadas, com base nas fontes de dados secundários, os documentos que nortearam a presente pesquisa, como o projeto de Lei estadual N. 565/2021, que teve como objetivo instituir como Rota Turística Rural no Estado do Paraná, o Caminho dos Cafés das Mulheres e um outro projeto de lei N. 138/2021, que está tramitando na assembleia legislativa do Paraná e dispõe sobre o Turismo de Base comunitária. Tendo em vista, os conceitos e princípios que conduz o TBC, foram considerados também alguns artigos científicos acerca do tema, para essa discussão, além da pesquisa em atas e participação em reuniões com mulheres produtoras do café.

O Projeto de Lei Estadual N. 138/2021, de autoria da deputada Mabel Canto e outros em seu Art. 1º versa sobre o Turismo de Base Comunitária, e dá outras providências, em consonância com a Lei N. 15. 973 de 2008, que estabelece a política de turismo do Paraná. Em sua justificativa, o referido projeto já menciona os benefícios do TBC tanto para os turistas quanto para a comunidade e visa construir uma estrutura sólida, acessível e permanente que dentro de alicerces democráticos.

O Art. 2º é composto por três parágrafos para fins do disposto da Lei, que considera o seguinte: (i) o TBC é aquele que incorpora a valorização do bem viver e do coletivo com

uma economia solidário, renda para todos, onde as comunidades são as responsáveis e orienta todo o processo da atividade turística sustentável em seu território, valorizando as comunidades tradicionais localizadas no campo, florestas e das águas. Provendo uma renda mais juntas, gerando oportunidades de emprego e inclusão social, salvaguarda dos patrimônios ambientais e culturais. (ii) Agricultura Familiar, cujo definido no Art. 3º da lei Federal N. 11. 324 de 24 de julho de 2006. (iii) Consideram povo e comunidades tradicionais: grupos distintos que se reconhecem como sociedade e tem o meio ambiente como subsistência e produção da sua cultura e identidade, utilizando seus saberes ancestrais para manutenção de suas comunidades.

Tendo em vista as pautas no Art. 2º do PL N. 138/2021 em trâmite, percebe-se que convergem com os princípios do TBC. Diante do exposto nos três parágrafos do Art. 2º, é perceptível que os dispostos da Lei estão de acordo com os princípios que definem os conceitos de TBC como uma forma mais justa de se fazer turismo, tendo a comunidade como protagonista do processo, valorizando seu território no qual estão inseridos, realizando ações para a manutenção e preservação do meio ambiente e cultura (Scheyvens, 2007; Bursztyn, Bartholo & Delamaro, 2009; Coriolano, 2009; Irving, 2009).

Em virtude desses princípios que regem o TBC, o Projeto Caminhos dos Cafés das Mulheres, realizou algumas ações como cursos de capacitação na área de manipulação e boas práticas de alimentos e atendimento ao visitante no turismo rural. Para Tavares (2022), o turismo associado à produção de cafés, tem se popularizado no Brasil, atraindo turistas de diversas regiões, interessados em conhecer a cultura cafeeira e desfrutar de experiências singulares em propriedades históricas (a exemplo da figura 06 e 07).

Figura 06 e 07

Embalagem do Café das Mulheres e café rural servido aos visitantes/ turistas.





Fonte: IDR-Paraná - AMUCAFÉ, 2021.

No parágrafo que trata sobre a agricultura familiar, de fato se faz necessário essa regulamentação, a exemplo da Associação Acolhida na Colônia, que no Brasil, foi implementada primeiramente na cidade de Santa Rosa do Lima/SC, e se tornou exemplo na valorização da agricultura familiar e geração de emprego e renda. O começo da associação se deu em torno dos pequenos agricultores familiares que moram na região serrana, no meio rural, por volta dos anos de 1998 (Lima & Silva, 2019).

Vale ressaltar a importância da incidência política da Acolhida na Colônia para o reconhecimento e legalização da atividade turística na agricultura familiar, no Estado de Santa Catarina. Foi através da sua articulação com outros parceiros que foi criada a Lei de Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF), nº 14.361 de 25 de janeiro de 2008 (Santa Catarina, 2008), e mais recentemente, o decreto nº 1.559 de 03 de abril de 2018 do Microprodutor Rural (Santa Catarina, 2018). A Lei TRAF reconhece o agroturismo como uma atividade da propriedade agrícola e, o decreto, a emissão de documento fiscal - nota eletrônica de microprodutor - para os serviços de hospedagem, alimentação, venda de produtos, entre outros, sem que o agricultor perca sua condição de agricultor familiar e os benefícios de seguridade social vinculados à esta categoria.

Os autores Lima & Silva (2019) consideram que o TBC surge como uma forma de resistência dessas comunidades tradicionais que estão no meio rural, assim como: as comunidades pesqueiras, as indígenas e os quilombolas que, até então, o turismo massivo vem se apropriando e descaracterizando. No PL N. 138/2021, no Art. 5º, determina onde as atividades do TBC devem ser realizadas e prioriza os povos e as comunidades tradicionais, destacando os seguintes segmentos: comunidades indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, unidades de conservação, favelas e comunidades populares urbanas, assentamentos rurais, agricultores familiares, comunidades tradicionais de matriz africana e povos de terreiros, e demais grupos sociais que se caracterizem como comunidades tradicionais.

Os objetivos da Lei, também detalhados no Art. 3º, corroboram com as discussões feitas em torno do TBC e seus princípios a serem aplicados no Estado do Paraná. Sendo assim, se observa uma relação com três ODS da Agenda 2030, que para a Organização Mundial do Turismo (OMT), trazem uma referência direta ao turismo. Os ODS 5, 8, 12 e 14, buscam promover um crescimento econômico mais sustentável, promovendo a igualdade de gênero; inclusivo e responsável, contribuindo para o crescimento econômico global; e



a paz com mais liberdade e erradicação da pobreza e todas suas dimensões (UNWTO, 2017; IPEA, 2019; Irving, Coelho & Arruda, 2020).

A noção de Turismo de Base Comunitária, no Brasil, surgiu por meio de Encontros de Turismo de Base Local (ENTBL) em 1997, considerado um dos principais eventos acadêmicos sobre o fenômeno turístico e seus impactos. A partir de então, diversas iniciativas ocorreram entre os anos de 1998 e 1999. O denominado turismo de base comunitária, passou a ser interpretado e debatido na literatura acadêmica e nas narrativas de políticas públicas, como uma alternativa para o desenvolvimento socioeconômico local. Enquanto política pública de turismo, a discussão sobre o turismo de base comunitária no país, só foi mencionado pela primeira vez, no PNT 2013-2016, quase três anos em relação ao plano anterior (Lima, Irving & Oliveira, 2022). Importante ressaltar que no cenário nacional, as experiências de TBC surgiram a partir da atuação de organizações não governamentais e pesquisadores do tema.

A ex-ministra do Turismo (MTur), Daniela Carneiro, destaca como um dos objetivos na pauta da gestão de 2023/2026, o esforço do MTur para o desenvolvimento sustentável do turismo, preservando a natureza, fortalecendo o turismo para gerar renda, emprego e combater à fome. Sendo assim, os objetivos do MTur caminham juntos com os da Agenda 2030 e seus ODS estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), onde o turismo é colocado no centro de políticas para proteção do meio ambiente e combate à fome. Arelado a esses objetivos, considera-se o TBC, como uma forma alternativa sustentável de se fazer turismo, que contribui para o protagonismo das comunidades locais.

No Projeto de Lei N. 565/2021, Caminho dos Cafés das Mulheres, embora ainda seja uma iniciativa incipiente, já traduz em seu conteúdo os princípios básicos do TBC e apresenta potencial para sua expansão pelo Paraná, fruto da gestão participativa da Associação das Mulheres do Café do Norte Pioneiro do Paraná – AMUCAFÉ. A noção de associação e suas vantagens ficam evidentes ao mostrar o trabalho e o processo de produção do café, até chegar na xícara do consumidor final, trazendo a visibilidade, auxiliando na vinda de pessoas e a agregação de valor nos produtos.

Vale ressaltar, que a produção de café do Norte Pioneiro, comandada por mulheres, vem ganhando destaque nos últimos anos (figura 08). Em 2015, três produtoras da região foram as primeiras colocadas no Concurso Café Qualidade Paraná, além disso, o trabalho também chamou a atenção de outras instituições como a Aliança Internacional das Mulheres do Café (IWCA) que reconheceu o papel das mulheres, já que participam de todas as etapas de produção do café (IDR-Paraná, 2024).



Figura 08

Divulgação e reconhecimento das Mulheres do Café do Norte Pioneiro do Paraná.



Fonte: Instagram - Mulheres do Café do NP do PR, 2024.

Com relação aos benefícios e a agregação de valor no café, fica evidente a partir da geração de produto de qualidade, diferenciado, produzido e trabalhado de forma artesanal, divulgados por meio do turismo ou da venda em feiras (figura 09). Esse valor, não se restringe apenas ao dinheiro e possibilita valorizar o papel da mulher, da família e como profissionais produtoras do café.

Figura 09

Café e sustentabilidade.



Fonte: Instagram - Mulheres do Café do NP do PR, 2024.

Importante ressaltar que o turismo de café enfrenta diversos desafios como a sazonalidade, pois além da produção de café ser sazonal, os visitantes tendem a realizar visitação durante a colheita (Silva, 2023). Contudo, os pacotes no turismo cafeeiro também podem trazer impactos positivos, a partir da preservação do patrimônio cultural e ambiental da região. Neste sentido, os visitantes podem aprender sobre as práticas de cultivo sustentável e a importância da preservação da biodiversidade na região cafeeira, além de valorizar o trabalho dos produtores (Tavares, 2022).

Quanto ao trabalho associativo, se faz presente nas discussões em grupo e nas possibilidades de captar recursos. Além disso, fortalece as pequenas comunidades que trabalharemos somando forças, formando o caráter colaborativo, adquirindo conhecimento, valores e o respeito conjunto. Destaca-se que as iniciativas de TBC são constituídas em forma de organização, baseada em autogestão dos recursos patrimoniais comunitários e em práticas democráticas e solidárias no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados (Maldonado, 2009; Palacios, 2016).

A criação da Rota Turística Caminhos dos Cafés das Mulheres (a exemplo da figura 10), ainda trouxe benefícios com a inclusão das mulheres e a geração de renda, na organização da propriedade e na venda de produtos diversos, auxiliando na autoestima,



no cuidado com a família, no conhecimento das proprietárias e na transformação na vida das mulheres pioneiras, fortalecendo a agricultura familiar.

Dentre os principais serviços ofertados está o almoço em distrito rural; Café Rural (café colonial); visitas ao laboratório de classificação e degustação do café; hospedagem; além da venda de cafés e material promocional como xícaras, panos de pratos, camisetas e produtos coloniais como sonho, brigadeiro de café, geleias, doces, entre outros. A criação do projeto de Lei ainda é recente e o roteiro ainda está em fase de organização e divulgação.

Figura 10

Divulgação do roteiro em redes sociais do Projeto.



Fonte: Instagram - Mulheres do Café do NP do PR, 2024.

As associações cumprem o papel de ser um novo ente turístico, um agente intermediário entre as articulações do Estado em políticas para o turismo e a vontade competitiva do empreendedor privado. Elas servem de instrumento de mobilização das comunidades em que estão inseridos os atrativos e empreendimentos, necessárias para a organização



de eventos, marketing e atividades que envolvam muita gente e dinamizam os roteiros, criando uma mentalidade solidária e coletiva, de colaboração e ajuda mútua, diluindo os fracassos e fazendo com que as conquistas sejam de todos (Brambatti & Nitsche, 2018). Um exemplo emblemático da criação do TBC, ocorreu com a Rede de Turismo Comunitário da América Latina (REDTURS) que foi criada em 2001, com o objetivo de articular redes que vem sendo construídas em diferentes escalas local e nacional, com a finalidade de diversificar as possibilidades de emprego e renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo trouxe em seu escopo a discussão sobre como as políticas públicas têm influenciado no desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (TBC), no Estado do Paraná, especificamente na rota de agroturismo Caminho dos Cafés das Mulheres, localizado no Norte Pioneiro do Paraná. Para análise e discussão desta pesquisa foram considerados dois documentos: o projeto de lei N. 565/2021 que regularizou o roteiro Caminhos dos Cafés das Mulheres e o projeto de Lei N. 138/2021 que tramita na assembleia legislativa do Estado do Paraná com objetivos de regulamentar a atividade do TBC. Foram selecionados para a discussão artigos científicos que tratam sobre TBC e de polícias públicas.

Tendo em vista que os projetos de leis foram criados no mesmo ano de 2021, o projeto Caminho dos Cafés das Mulheres foi aprovado no ano seguinte e, o projeto que regulariza o TBC no estado do Paraná, se encontra em trâmite, a partir da realização de diversas reuniões e da participação de diferentes atores. Embora se observe a participação dos diversos atores estratégicos do turismo no processo, poucos foram os seus reais resultados para o desenvolvimento do TBC a nível nacional. Muitas iniciativas acabam ocorrendo de forma superficial e pontual.

Contudo, esses processos contribuem para que o TBC venha sendo organizado por meio de ação coletiva e de redes locais, nacionais e latinoamericanas, permitindo apontar preocupações comuns que auxiliem na construção de alianças entre indivíduos, organizações e movimentos sociais, influenciando assim, as agendas de políticas públicas (Moraes, Irving & Mendonça, 2017).

Em relação aos objetivos da pesquisa, observa-se que com base no referencial teórico e no percurso metodológico utilizado para a construção deste artigo, é possível afirmar que, de uma maneira geral, o turismo de base comunitária tem sido traduzido nas narrativas das políticas públicas setoriais, especialmente no estado do Paraná, dando suporte por meio dos projetos de Leis e da atuação das associações de classe e dos Institutos como é o caso do trabalho técnico realizado pelo IDR-Paraná.



Contudo, o estudo teve como limitação, a falta de entrevistas com as associadas e clientes, considerando a evolução do TBC no Caminho dos Cafés das Mulheres, uma vez que, nem todas propriedades estavam recebendo visitantes no período da elaboração da pesquisa. Houve uma tentativa de aplicação de questionário online com algumas mulheres, mas devido às realidades distintas (dificultando a compreensão) e quantidade de tarefas nas propriedades, não houve adesão suficiente.

Sobre a questão de pesquisa, ficou evidente que as políticas públicas podem influenciar no desenvolvimento do TBC no Caminho dos Cafés das Mulheres, por meio do apoio recebido pelas entidades de classe, a partir da assistência técnica ofertando capacitações, organizando os trabalhos de forma associativa e da geração e renda para as mulheres e famílias produtoras de café.

Para novos estudos, as possibilidades são aprofundar a relação entre as iniciativas existentes de TBC com as políticas públicas em outros estados brasileiros, bem como a análise dos principais impactos gerados a partir destas políticas, que apoiem as atividades produtivas, a geração de emprego, o empreendedorismo, a criatividade e inovação, bem como o incentivo a diversificação da oferta turística e a ampliação dos canais de comercialização e distribuição dos produtos orgânicos e artesanais a partir da produção cafeeira.

REFERÊNCIAS

- Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (AAAC). www.acolhida.com.br.
- Bardin, L. (2011). Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 229 p.
- Bartholo, R.; Sansolo, D. G. & Bursztyn, I. (2009). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.
- Brambatti, L. E., & Nitsche, L. B. (2018). Associativismo e participação comunitária: o roteiro rural Caminhos de Guajuvira, Araucária-PR, Brasil. *Revista Rosa dos Ventos*, 10 (1), 71-84.
- Brusadin, L. B., & Panosso Netto, A. (2016). La dádiva y el intercambio simbólico: supuestos sociológicos y filosóficos para la teoría de la hospitalidad en las sociedades antiguas y modernas. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 25, 520-538.
- Bursztyn, I., Bartholo, R., & Delamaro, M. (2009). Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In Bartholo, R., Sansolo, D. G. & Bursztyn, I. Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Editora Letra e imagem.



- Bursztyn, I. (2005). Políticas públicas de turismo visando a inclusão social. Tese Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE, VII, 110 p.
- Blackstock, K. (2005). A critical look at community-based tourism. *Community Development Journal*, 40(1), 39–49.
- Cardoso, R. C. L. (1988). Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: Cardoso, R. A aventura antropológica. São Paulo: Paz e Terra.
- Coriolano, L. N. M. T. (2009). Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudança. Fortaleza: EdUECE.
- Di Giovanni, G. (2009). As estruturas elementares das políticas públicas. Universidade Estadual De Campinas – Unicamp Núcleo De Estudos De Políticas Públicas – NEPP. *Caderno de Pesquisa*, 82.
- Experiências do Brasil Original (2023). Catálogo de experiências. Universidade Federal Fluminense e Ministério do Turismo.
- Faxina, F., & Freitas, L. B. A. (2021). Análise de implantação do turismo de base comunitária em Terra Caída, Sergipe, Brasil. *Turismo: Visão e Ação*, 23, 242-262. <https://doi.org/10.14210/rtva.v23n1.p242-262>
- Fuentes-Moraleda, L., Muñoz-Mazón, A., & Rodríguez-Izquierdo, S. (2016). El turismo solidario como instrumento de desarrollo: un estudio de caso para analizar las principales motivaciones de los turistas solidarios. *Cuadernos de turismo*, 227-242. <http://dx.doi.org/10.6018/turismo.37.256221>
- Galdino, L. C. F.; Costa, M. L. (2011). Análise das principais políticas públicas de turismo no Brasil, da década de 1990 à atualidade. *Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica* 2, 6(4).
- Gelbcke, D. L. (2006). Agroturismo e produção do espaço nas encostas da Serra Geral: entre a idéia e a prática. Dissertação de mestrado em geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.
- Gil, A. C. (2011). Métodos e técnicas de pesquisa social. Sexta edição. São Paulo: Atlas.
- Grimm, I. J. & Sampaio, C. (2011). Turismo de base comunitária: convivencialidade e conservação ambiental. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais*, 19, 57-68.
- Guzzatti, T. (2010). O agroturismo como elemento dinamizador na construção de territórios rurais: O caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima (SC), Florianópolis. Tese doutorado em geografia, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Hall, M. C. (2004). Wine tourism around the world: development, management and markets. Oxford: Elsevier, Butterworth-Heinemann.
- ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Turismo de base comunitária.



https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/turismo_de_base_comunitaria_em_uc_2018.pdf

- IDR-Paraná. (2024). Apresentação. <https://www.idrparana.pr.gov.br/Pagina/Apresentacao>.
- IPEA. Agenda 2030 - ODS: metas nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. (2019). <https://www.ipea.gov.br/ods/>.
- Irving, M. A. & Azevedo, J. (2002). Participação: questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento. In Turismo: o desafio da sustentabilidade (pp. 35-45). Irving, M. A. & Azevedo, J. (coords). São Paulo: Futu Fuentes-Moraleda, L., Muñoz-Mazón, A., &
- Kordel, S. (2016). Selling ruralities: how tourist entrepreneurs commodify traditional and alternative ways of conceiving the countryside. *Rural Society*, 25 (3), 204-221.
- Lashley, C. & Morrison, A. (2004). Em Busca da Hospitalidade: Perspectivas para um mundo globalizado. Barueri: Manole.
- Lima, M. A. G.; Irving, M. A.; Oliveira, E. (2022). Decodificando Narrativas de Políticas Públicas de Turismo no Brasil: uma leitura crítica sobre o turismo de base comunitária (TBC). *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, 16, e-2094.
- Lima, F. B. C & Silva, Y. F. (2019). Turismo Comunitário e Desenvolvimento Local: uma revisão integrativa sobre a Acolhida na Colônia. *Caderno Virtual de Turismo*, 19 (2).
- López-Guzmán, T., Sánchez-Cañizares, S., & Pavón, V. (2011). Community-based tourism in developing countries: a case study. *Tourismos*, 6 (1).
- Maldonado, C. (2009). O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: R. Bartholo, D. G. Sansolo, & I. Bursztyn. Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.
- Mayaka, M., Croy, W. G., & Cox, J. W. (2017). Participation as motif in community-based tourism: a practice perspective. *Journal of Sustainable Tourism*, 26(3), 416–432.
- Minayo, M. C. de S. (2000) Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. In: Minayo, M. C. de S. (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Ed. 16. Vozes.
- Moraleda, L. F., Mazón, A. M., & Izquierdo, S. R. (2016). El turismo solidario como instrumento de desarrollo: un estudio de caso para analizar las principales motivaciones de los turistas. *Cuadernos de Turismo*, 37, 227-242.



- Moraes, E. A., Irving, M. A., Santos, J. S. C., Santos, H.Q., & Pinto, M.C. (2017). Redes de turismo de base comunitária: reflexões no contexto latino-americano. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 9 (6), 612-623.
- Moraes, E. A., Mendonça, T. C. M., & Pinheiro, C. V. (2017). Trilhando o turismo de base comunitária em Minas: um novo caminho das Gerais. *CULTUR: Revista de Cultura e Turismo*, 11(1), 6-33.
- Morais, L. S.; Souza, C. M. L. (2018). A mulher faz a diferença: a relevância do trabalho das mulheres na cafeicultura familiar do Norte Pioneiro do Paraná. In: ARZABE, C. et al (Org.). *Mulheres dos Cafés no Brasil*. 1 ed. Brasília, DF: Embrapa, 192-214.
- Murphy, P. E. (1983). Tourism as a community industry: an ecological model of tourism development. *Tourism Management*, 4 (3).
- Nogueira, M. A., & Di Giovanni, G. (2015). Políticas públicas como senso comum e como campo de estudo. In: *Dicionário de Políticas Públicas FUNDAP*, 1ª ed, São Paulo; FUNDAP/Imprensa Oficial.
- Oliveira, P. V. P. (2017). Complexidade das políticas públicas - reflexões ontológicas e epistemológicas no campo educacional. *ENTRELETRAS*, Araguaína/TO, 8 (1).
- Onyx, J., Edwards, M., & Bullen, P. (2007). The Intersection of Social Capital and Power: an application to rural communities. *Rural Society*, 17 (3), 215-230.
- Palacios, C. G. (2016). Turismo comunitário em Ecuador: ¿Quo Vadis? *Estudios y Perspectivas em Turismo*, 25(4), p. 597-614.
- Pimentel, A. B. (2009). Dádiva e hospitalidade no sistema de hospedagem domiciliar. In: Bartholo, R., Sansolo, D.G., & Bursztyn, I. *Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora Letra e imagem.
- Pinto, C. (2018). Políticas públicas para o enoturismo. A intervenção governamental em países da América latina. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 27/28.
- Pilquimán-Vera, M. (2016). El turismo comunitario como una estrategia de supervivencia: Resistencia y reivindicación cultural indígena de comunidades mapuche en la Región de los Ríos (Chile). *Estudios y perspectivas en turismo*, 25(4), 439-459.
- Prybylski, I. M. (2008). Hospitalidade sob o olhar do hóspede nos espaços do hotel. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Turismo. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul.
- Rodríguez-Izquierdo, S. (2016). El turismo solidario como instrumento de desarrollo: un estudio de caso para analizar las principales motivaciones de los turistas solidarios. *Cuadernos de turismo*, 227-242.



- Sales, G. A. F., & Salles, M. R. R. (2010). A dívida no turismo comunitário: constituição de vínculos sociais por colaboração solidária. *Turismo & Sociedade*, 3 (2), 162-184.
- Sampaio, C. A. C. & Zamignan, G. (2012). Estudo da demanda turística: experiência de turismo comunitário da Microbacia do rio sagrado, Morretes (PR). *CULTUR*, 06 (1), 25-39.
- Saravia, E. (2006). Introdução à teoria da política pública. In: Saravia, Enrique e Ferrarezi, Elisabete. Políticas Públicas: Coletânea. Brasília: ENAP, 21-42.
- Secchi, L. (2017). Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos /Leonardo Secchi, -2. ed. - São Paulo: Cengage Learning.
- Scheyvens, R. (2007). Exploring the tourism-poverty nexus. *Current Issues in Tourism*, 10 (3), 231-254.
- Silva, M. C. (2023). Turismo cafeeiro: um estudo sobre o caminho dos cafés das mulheres e a proposta de um programa turístico. Trabalho de conclusão de curso de Turismo, Universidade Federal do Paraná.
- Silva, F. de P. S., & Martins, L. C. de A. (2012). Mergulhando em memórias, tecendo culturas e construindo histórias: o diálogo entre a história e o turismo de base comunitária. *Sustentabilidade Em Debate*, 3(2), 61– 70.
- Silva, B. F. B. P. G., & Brusadin, L. B. (2016). A hospitalidade mineira contemporânea sob a percepção dos turistas em ouro preto (MG): generosidade x profissionalismo mercantil? *Revista Turismo y Desarrollo*, 20 (9), 20-48.
- Sofronov, B. (2018). The development of the travel and tourism industry in the world. *Annals of Spiru Haret University. Economic Series*, 18(4), 123–137.
- Souza, C. (2006). A Introdução Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, 16, 20-45.
- Tavares, B. C. & Machado, M. B. T. (2022). Turismo Cafeeiro Experiencias, expectativas e percepções de pessoas com deficiência visual. *Revista de Cultura e Turismo*, [S.l.], v. 16, n. 1, p. 1-16.
- Teixeira, F. G.; Vieira, F. D. & Mayr, L. R. (2019). Turismo de base comunitária: uma abordagem na perspectiva da análise de clusters. *Turismo, Visão e Ação*, 21(2), 02-21.
- Trentin, F. (2016). Governança turística em destinos brasileiros: comparação entre Armação dos Búzios/RJ, Paraty/RJ e Bonito/MS. *PASOS. Revista de Turismo e Patrimônio Cultural*, 14,(3).
- Tonini, H.; Lavandoski, J., & Barretto, M. (2011). Políticas públicas e enoturismo: o plano diretor do Vale dos Vinhedos, Sul do Brasil. Book of proceedings vol. i, International Conference on Tourism & Management Studies – Algarve, 829.
- UNWTO. Tourism and the Sustainable Development Goals: journey to 2030. *Journey to 2030*. (2017). <https://doi.org/10.18111/9789284419401>.



- Walkowski, M. C.; Damo, M. R. S., & Loch, C. (2017). Projeto Acolhida na Colônia no estado de Santa Catarina - SC: um território de identidade e turismo sob a ótica da linguagem de Padrões. *Turismo - Visão e Ação*, 19(2), 319-347.
- Walkowski, M. C.; Freitas, L. B. A.; Gelbcke, D. L.; Assing, L. (2023). Turismo Comunitario y Resiliencia en la Acolhida en Colonia-SC. *Revista de Investigaciones Turísticas*, 28, 21-48.
<https://eutm.es/grantour/index.php/grantour/article/view/328>



INFORMAÇÃO (ÕES) DO (S) AUTOR (ES)

- *1 Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora Colaboradora do Programa de Pós Graduação em Turismo da Universidade Federal do Paraná. e-mail: marinesw@gmail.com
- *2 Mestrando em Turismo pela Universidade Federal do Paraná. e-mail: nillo.pb@gmail.com
- *3 Mestra em Turismo pela Universidade Federal do Paraná. Extensionista rural do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná Iapar-Emater (IDR-Paraná). e-mail: Ematertbusanello@idr.pr.gov.br
- *4 Mestra em Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Maringá, UEM, Brasil. Extensionista na Área de Inclusão Social no Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná, IDR- Paraná. e-mail: lucianamoraais@idr.pr.gov.br

REVISTA CIENTÍFICA ATELIÊ DO TURISMO – VINCULADA A



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**